



III CONGRESSO ESTADUAL DE ASSISTENTES SOCIAIS
Rio de Janeiro - RJ - Brasil

BARREIRAS ÀS ÁREAS HUMANAS NO TOYOTISMO: O CASO DO SERVIÇO SOCIAL NO INÍCIO DO SÉCULO XXI NO BRASIL.

Lúcia Maria de Barros Freire (UERJ.) - luciabfreire@gmail.com

BARREIRAS ÀS ÁREAS HUMANAS NO TOYOTISMO:

o caso do Serviço Social no início do século XXI no Brasil.

Palavras-chave: relação capital-trabalho, ohnismo, terceirização, Serviço Social.

BARRIERS TO HUMAN AREAS ON TOYOTISM:

the case of Social Service at the beginning of the 21st century in Brazil.

Keywords: capital-labor relationship, ohnism, outsourcing, Social Service.

RESUMO EXPANDIDO:

INTRODUÇÃO: Este trabalho insere-se no Eixo 1: Seguridade Social, do III Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro e do V Seminário Estadual Serviço Social e Direitos Humanos. Ele dá continuidade a uma série de pesquisas sobre a política de saúde do trabalhador no Brasil e o Serviço Social nas relações entre essas duas necessidades fundamentais, de saúde e de trabalho, mas contraditoriamente conflituosas nas empresas, de modo geral e sob particularidades diversas. O trabalho reúne reflexões teóricas em torno dos limites estabelecidos pela estratégia de organização desenvolvida pelo engenheiro japonês Taiichi Ohno no Japão, após a Segunda Guerra Mundial, na fábrica da Toyota, que dá origem às denominações de ohnismo e toyotismo ao sistema, que se espalhou mundialmente a partir da década de 1960. No Brasil, essa tendência mescla-se com outras anteriores, em especial o fordismo, também se beneficiando dos incentivos e legislação do Estado. Sua aplicação tem sido captada em um conjunto de investigações desde 1997 e em grupo de pesquisa a partir de 2008. Em 2012, um dos focos mais centrais da análise dos sinais do ohnismo no Brasil compreende as dificuldades e possíveis retrocessos na realização do projeto teórico-metodológico, técnico-operacional e ético-político hegemônico do Serviço Social nas empresas de produção no Brasil, diante de estrangulamentos nas condições de trabalho dos profissionais das áreas humanas e sociais em geral e dos assistentes sociais em particular, determinadas pela expansão desse padrão toyotista. A hipótese dos maiores limites ao projeto hegemônico do Serviço Social no Brasil foi confirmada, fundamentando-se nos estudos sobre as contradições do capitalismo, intensificadas nas duas primeiras décadas do século XXI, associadas às particularidades do ohnismo em ampliação no Brasil, sobretudo nos processos de terceirização/subcontratação e externalização dos profissionais das áreas humanas e sociais, no início deste século, incluindo a denominada “quarteirização”, na estratégia da “produção enxuta”. Com esta hipótese em desenvolvimento, este trabalho tem o **objetivo** de apontar alguns processos e suas mediações incidentes sobre as relações sociais de trabalho, determinadas por esse padrão, conjugados às implicações que possam estar dificultando a realização do referido projeto hegemônico do Serviço Social nas empresas que adotaram mais radicalmente este padrão. A **metodologia** para alcançar o objetivo, apresenta o cruzamento de análises bibliográficas e

documentais com pesquisa de campo em quatro empresas, com foco na atividade de Serviço Social junto aos trabalhadores e trabalhadoras, com destaque às respectivas necessidades humano-sociais, meios e modos de seu atendimento diante das condições e formas existentes de organização, gestão e condições de trabalho, assim como nos ganhos e perdas percebidas diante de mudanças nas relações sociais de trabalho.

2. DESENVOLVIMENTO: o problema central e suas mediações

O problema central deste trabalho consiste no retrocesso verificado na luta diante das maiores dificuldades de enfrentar a exploração do capitalismo, intensificadas nas duas primeiras décadas do século XXI. Elas estão associadas ao ohnismo ou toyotismo sistêmico que vem se instalando no Brasil, de modo peculiar, a partir dos anos 1990, sob três estratégias principais¹: 1) a do processo de terceirização/subcontratação, que inclui a denominada “quarteirização”, na política da “produção enxuta”; 2) a da externalização dos serviços de profissionais das áreas humanas e sociais, anteriormente alocados nas empresas; c) a do desmonte dos programas que caracterizam o Estado de Bem Estar, presente no estágio do fordismo-keynesiano, com reformas regressivas nas legislações que garantem direitos à população que vive da venda de sua força de trabalho. Como referência, tornamos a destacar as obras seminais de Marx (1978, 1984; 2000; 2002) envolvendo as dimensões centrais dessas relações: de produção de “*valor*”, na transformação das matérias primas, pelo trabalhador, a partir da natureza, em mercadorias; de “*mais valor*”, na esfera da circulação (nos processos de venda/compra/consumo), sendo elas transformadas em capital pelo capitalista, ao apropriar-se dos produtos; de “*desvalor*”, termo concebido pela autora deste trabalho, referente à desvalorização pelo capital do trabalhador assalariado, que realiza a produção ou o serviço. No prosseguimento da análise, situo este processo em mais uma falsa aparência das relações de produção, que denomino de “*desvalor*”, completando-se o complexo processo de criação da riqueza pelo trabalho e de sua expropriação pelo capital, no ciclo de *valor, mais-valor, “desvalor”*. Todos esses conteúdos vão se aperfeiçoando entre os dois sujeitos sociais desse processo, o trabalhador e o capitalista, este último, no sentido de progressiva expropriação sem limites, de “vampirismo do trabalho vivo”, conforme a metáfora apresentada por Bihr (2014, p.41). Esta comunicação, em sua particularidade, concentra-se em uma das mais recentes formas de expropriação das possibilidades de apoio à resistência dos trabalhadores e de seu desenvolvimento como sujeitos sociais, com o afastamento dos profissionais das áreas humanas, presentes, sobretudo, no estágio do padrão fordista-keynesiano de produção capitalista. Esse processo sucedeu à contra-hegemonia presente nas lutas sociais nesse estágio, ainda presente mas fragilizada, com a

¹ Esta afirmação tem como principais bases teóricas, além de Marx (1978, 1984, 2000, 2002) e de Marx; Engels (2007), os estudos de alguns de seus intérpretes, entre eles, Antunes (1999) e Bihr (2014), utilizados neste trabalho.

recuperação pelo capital de sua dominação, a partir da “acumulação flexível” (Cf. Harvey, 1994), após sua crise no início da década de 1970. Na década de 1980, tem início uma maior expansão do padrão toyotista ou ohnismo, que desencadeia maiores barreiras às áreas humanas, sendo o principal contexto deste trabalho. Esse padrão, aqui apresentado segundo o livro de Coriat (1994) é buscado como substituto do “fordismo-keynesiano”. Na sua construção, Ohno (1978-1989), transformou a restrição quantitativa de matérias-primas para a produção de automóveis no Japão em vantagens qualitativas para o aumento de lucros. Com o objetivo de “produzir a baixos custos pequenas séries de produtos variados” (idem, p.31), ele inaugurou a operacionalização da “fábrica mínima”, conhecida como “produção enxuta”. Entre outros métodos, concentrou-se principalmente na seguinte concepção de economia, sem preocupar-se com *odesemprego* gerado, expresso na seguinte diretriz:

Na Toyota, o conceito de economia é indissociável da busca da “redução de efetivos” e “da redução de custos”. A redução de efetivos é, com efeito, considerada como um meio de realizar a redução dos custos que é claramente uma condição essencial da sobrevivência e do crescimento de um negócio (Ohno, id. p.65, citado por Coriat, 1994, p.33).

De acordo com esse princípio, Ohno apresenta “*o sistema de produção Toyota como um sistema que permite emergir à superfície o excesso de pessoal*” (idem, p.33, grifo nosso), que aparece como prioridade. Apresenta outros aspectos de interesse dos trabalhadores, entre eles, o que denomina a “autoativação” interna pelos próprios trabalhadores sobre melhores formas de produzir. Entre os fatores negativos apresenta-se o reverso de pontos positivos práticos, refletidos na saúde dos trabalhadores, situando-se, sobretudo, a gestão direta cerrada, para suprimir todo excesso de “gordura”, considerada tudo “o que não é imperativamente necessário à entrega dos produtos” (idem, Coriat, p.34)², como também a intensificação do trabalho, estimulada pela competitividade entre grupos. E ainda institui o denominado “sindicalismo da empresa” (ou pró-empresa?), buscando mudar os direcionamentos da história, interferindo no processo de luta de classes³. Mantém-se, portanto, o fato do modo capitalista de produção não ter limites para seu propósito de acumulação, sendo demonstrado o agravamento da espoliação no ohnismo, produzindo prejuízos na saúde dos trabalhadores. Apontamos, ainda, outras problemáticas apresentadas por esse autor, como a exclusividade de dedicação de todos os integrantes da empresa ao foco de atenção quase exclusiva ao produto central, podendo provocar excesso de desgaste, juntamente com a saída de profissionais com funções paralelas na empresa, que são transferidas para terceiras sub-contratantes dessas/desses profissionais ou a

² Como gorduras são incluídos trabalhadores(as), o tempo da tarefa, os equipamentos. Os produtos são pré-vendidos para entrega em tempo mínimo, atendendo a diversidades.

³ Processo este também analisado por Marx, com distinção entre a percepção como classe expropriada, que denomina “classe em si”. Conforme esse autor esta percepção de pertencimento constitui o primeiro estágio para o de uma “classe para si”, voltada para a construção de uma nova sociedade, sem espoliação e expropriação e não de uma mera passagem para aquisição de privilégios.

autônomo(a)s. Tal política retira da empresa outras atividades e profissões que ali podiam contribuir para melhor atendimento paralelo de necessidades do trabalhador no local de trabalho, como assistentes sociais, médico(a)s, enfermeiro(a)s, técnico(a)s de segurança do trabalho, educadores para desenvolvimento profissional, profissionais de educação física, nutricionistas.

3. RESULTADOS.

A estratégia do ohnismo no Brasil tem determinado a ampliação das denominadas *terceirizações* ou *subcontratações*, que, de modo geral, tem provocado vários retrocessos nas condições de trabalho e em sua gestão, como constatado nas pesquisas. Eles decorrem, principalmente, da concorrência para ofertas de serviços de menor custo à empresa central contratante. Nesse processo, desaparecem quase todas as funções coadjuvantes citadas, da era fordista-keynesiana, realizadas nas grandes empresas estatais no Brasil, conforme pesquisas nos anos 1980 e 1990. Esse conjunto de funções, que contribuía para a sanidade dos trabalhadores, tende a ser distribuídas em “consultorias”, conforme investigações de Botão Gomes (2010; 2015). Assim, a expressão “consultoria”, antes consagrada e respeitada como atividade especializada de alto nível, passa a ser utilizada, na passagem do século XX para o XXI, para ocultar as conhecidas e criticadas estratégias da subcontratação. Tal processo é denominado de “liofilização organizacional”, por Juan Jose Castillo, citado por Antunes (2007), associado ao de eliminação de substâncias vivas, existente na natureza⁴. As particularidades das assistentes sociais, entrevistadas por Botão nessas empresas, de assistentes sociais ou de profissionais diversos da área humana e social, no Rio de Janeiro e São Paulo, evidenciaram uma tendência de relativo retrocesso, devido ao estágio burocrático dos encaminhamentos, provocado pelas restrições nas suas condições de trabalho. Implicaram na redução da qualidade do seu conteúdo as formas localizadas em: – atendimentos por telefone; – falta de conhecimento vivenciado do local dos trabalhadores atendidos; – limites de tempo insuficiente, ditado pela empresa contratante, de vinte minutos para atendimento dos trabalhadores (a fim de não encarecer o custo do atendimento). Ainda mais, no mesmo sentido da ampliação da espropriação e relativa estagnação do desenvolvimento do trabalhador, junto com a substituição do padrão de produção, ou convivência com o *taylorismo-fordismo*, antes dominante no Brasil, foram progressivamente sendo repelidas as políticas públicas que caracterizavam o “Estado de Bem-Estar”. Nessa dimensão do avanço do ohnismo nas particularidades investigadas, são reduzidas as perspectivas de investimento nessas políticas para atender às necessidades dos trabalhadores e da população, multiplicando-se sua retração nas empresas e as formas

⁴ Associação esta já feita por Marx ao analisar a progressiva substituição do “trabalho vivo” pelo “trabalho morto”, na concentração de trabalho humano acumulado no maquinário e diversos meios tecnológicos.

precarizadas. O fato, associado ao foco exclusivo na tarefa, contribui ainda para dissolver o sentimento de pertencimento de classe⁵. Sobre essas questões, presentes no cotidiano das cidades e das empresas, colocam-se amplos desafios ao Serviço Social, com alternativas já postas na produção do conhecimento da categoria dos assistentes sociais e em pesquisas nas empresas. Mas, estariam essas perspectivas presentes nas possibilidades do exercício da maioria das assistentes sociais que trabalham nas empresas e organizações de serviços, especialmente, nas que se encontram fora delas? Supõe-se que o trabalho tenda a retroagir, em face dos aspectos objetivos limitadores para o exercício do projeto ético-político hegemônico das assistentes sociais nas empresas.

4. CONCLUSÕES PARCIAIS

As dificuldades nas empresas e na sociedade, ampliadas no ohnismo, podem facilitar as marcas conservadoras da origem dessa profissão e o avanço do neoconservadorismo. Em um espaço como o das empresas, onde se processam as relações sociais frente ao capital, sendo também por ele contratadas, com vínculo precário ou para prestar serviços pontuais aos trabalhadores (Cf. Botão Gomes, 2010), as assistentes sociais convivem com as armadilhas do poder empresarial, “reino” do conservadorismo, cuja dita modernização é, na maior parte das vezes, focada apenas no desenvolvimento tecnológico. Esta tendência é agravada nas consultorias externas, por serem contratadas para questões imediatas que atendam aos objetivos empresariais. Por outro lado, a mesma marca profissional, da atenção às ocorrências individualizadas e junto a pequenos grupos, torna esse profissional capacitado para penetrar nas mediações reais que se processam nas empresas, porém com maior dificuldade e menor autonomia. Esta acuidade, se desenvolvida e aliada às produções teóricas, poderia possibilitar uma ruptura de direção ético-política, como já pesquisado. Porém, como fazê-lo em curto período e distante do local de trabalho? Tal realidade implica em novos questionamentos apresentados na totalidade desta comunicação. Para além da dimensão interna da correlação de forças nas empresas, situa-se uma mais ampla e importante para o Serviço Social, em dois processos: - o da participação social e o do conhecimento sobre as organizações da sociedade civil sobre trabalho e saúde do trabalhador, com recorte particularizado no Rio de Janeiro. Na pergunta de como fazer para aproximar-se das respostas às novas perguntas postas, é colocado o caminho do trabalho das assistentes sociais, entre os de outros da área humana, há algum tempo traçado na perspectiva de ruptura crítica com os padrões conservadores e neoconservadores. Ele compreende, principalmente, a análise institucional, em torno das mediações identificadas nas realidades das empresas e na forma de considerá-las com os/as trabalhadores(a)s,

⁵Pertencimento este que constitui o primeiro estágio para o de uma “classe para si”, conforme Marx, voltada para a construção de uma nova sociedade e não de uma mera passagem para aquisição de privilégios.

conforme já tratado no campo da saúde do trabalhador, por diversos autores, com destaque à Vasconcelos(2011), em um dos capítulos do livro por ele organizado, em conjunto com Oliveira.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho*. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

BIHR, Alain. As formas concretas do trabalho abstrato. In ANTUNES, Ricardo (org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil III*. São Paulo: Boitempo, 2014.

BOTÃO GOMES, Márcia R. *As condições de trabalho, propostas e desafios para o serviço social nas empresas de consultoria*. 2010. 153 fls. Dissertação (Mestrado). Escola de Serviço Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.

_____. *Serviço Social e consultoria empresarial: uma possibilidade de intervenção crítica?* 2015. 167 fls. Tese (Doutorado). Faculdade de Serviço Social. Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ. Rio de Janeiro.

HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1994.

MARX, Karl. *O capital*. Livro I. Capítulo VI (inédito). São Paulo: Ciências Humanas, 1978.

_____. O método da Economia Política. In MARX. *Para a Crítica da Economia Política. Salário, Preço e Lucro. O Rendimento e Suas Fontes: a economia vulgar*. São Paulo: Abril Cultural, 1982, p.14-21. Col. Os Economistas.

_____. *O capital: crítica da economia política*. V.I. Livro Primeiro: O processo de produção do capital. Tomo 2. Seção V, Capítulo XIV. São Paulo: Abril Cultural, 1984, p.105-112. Col. Os Economistas.

VASCONCELLOS, Luiz Carlos Fadel de. A imperfeição da regra trabalhista referente à saúde: da Revolução Industrial à Consolidação ds Leis do Trabalho. In VASCONCELLOS, L.C. Fadel de; OLIVEIRA, M. Helena B. de (orgs.). *Saúde, trabalho e direito*. Rio de Janeiro: Educam, 2011, Cap. 3, p.125-164.